PORTARIA SEUMA Nº 49, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Regulamenta o Decreto Municipal nº 14.335 de 12 de dezembro de 2018 que dispõe sobre a desburocratização e eficiência dos procedimentos administrativos referentes a documentação, atendimento, licenciamentos, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, na forma que indica, e revoga o Decreto nº 10.096 de 28 de maio de 1997, e o Decreto nº 10.310 de 01 de junho de 1998, suas modificações posteriores, e, dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais, conferidas com base no art. 17, inciso XI, Anexo I do Decreto Municipal nº 11.377, de 24 de março de 2003, e pelo artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO a implantação no ano de 2019, do Programa Assistência Técnica, serviço que busca, com a elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação, melhorias habitacionais para a população de baixa, proporcionando uma melhor qualidade de vida. CONSIDERANDO a política de desburocratização dos serviços públicos prestados por esta Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. CONSIDERANDO a necessidade da simplificação do checklist exigido para a emissão de Autorizações, Licenças e demais serviços, mesmo nos processos físicos que tramitam nesta Secretaria. RESOLVE determinar a documentação necessária para os procedimentos de Cadastro para Assistência Técnica: Art. 1º - A documentação necessária para abertura de Assistência Técnica Social será: I. Requerimento 01, Geral, devidamente preenchido pelo Solicitante; II. Comprovante de residência atualizado; III. Comprovante de posse do terreno/edificação, quando houver; IV. Comprovante de inscrição ativo no Cadastro Único do Governo Federal. Publique-se e cumpra-se. GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE, em 22 de agosto de 2019. **Maria Águeda Pontes Caminha Muniz - SECRETÁRIA DA SEUMA.**

*** **

PORTARIA SEUMA Nº 50, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Regulamenta o Decreto Municipal nº 14.335 de 12 de dezembro de 2018 que dispõe sobre a desburocratização e eficiência dos procedimentos administrativos referentes a documentação, atendimento, licenciamentos, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, na forma que indica, e revoga o Decreto nº 10.096 de 28 de maio de 1997, e o Decreto nº 10.310 de 01 de junho de 1998, suas modificações posteriores, e, dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais, conferidas com base no art. 17, inciso XI, Anexo I do Decreto Municipal nº 11.377, de 24 de março de 2003, e pelo artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO a implanta-

ção no ano de 2015, do Programa Fortaleza Online, sistema em web que busca o compartilhamento de responsabilidades, permitindo a emissão eletrônica de licenças, alvarás, autorizações, declarações, certificados e consultas prévias concedidos pela prefeitura de Fortaleza. CONSIDERANDO a política de desburocratização dos serviços públicos prestados por esta Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. CONSIDERANDO o objetivo da simplificação dos checklists exigidos para a emissões de Pareceres Técnicos, Certidões e demais serviços, mesmo nos processos físicos que tramitam nesta Secretaria. RESOLVE determinar a documentação necessária para os procedimentos atribuídos a esta Secretaria: Art. 1º. A emissão de Certidão de Limite Municipal e Bairro, em meio físico, deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 01 – Geral, devidamente preenchido pelo requerente. II. Nota Devolutiva do Cartório; III. Certidão emitida na plataforma Fortaleza Online; IV. Registro do Imóvel (Matrícula): cópia atualizada. Parágrafo único. O protocolo deste processo é exclusivo para análise da Nota Devolutiva emitida pelo Cartório, uma vez que também fazem-se necessários a apresentação dos demais itens solicitados neste checklist. Art. 2º. A emissão de Certidão de Confinantes, em meio físico, deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 01 – Geral, devidamente preenchido pelo requerente; II. Nota Devolutiva do Cartório; III. Certidão emitida na plataforma Fortaleza Online; IV. Registro do Imóvel (Matrícula): cópia atualizada. Parágrafo único. O protocolo deste processo é exclusivo para análise da Nota Devolutiva emitida pelo Cartório, uma vez que também fazem-se necessários a apresentação dos demais itens solicitados neste checklist. Art. 3º. A emissão de Certidão de Logradouro, em meio físico, deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 01 – Geral, devidamente preenchido pelo requerente; II. Nota Devolutiva do Cartório; III. Certidão emitida na plataforma Fortaleza Online; IV. Registro do Imóvel (Matrícula): cópia atualizada. Parágrafo único. O protocolo deste processo é exclusivo para análise da Nota Devolutiva emitida pelo Cartório, uma vez que também fazem-se necessários a apresentação dos demais itens solicitados neste checklist. Art. 4º. A Solicitação de Placas de Logradouros deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Geral, devidamente preenchido e assinado pelo requerente; II. Mapa ou croquis de localização do logradouro solicitado (com indicação de um ponto de referência); Art. 5º. A emissão de Informação sobre Sistema Viário deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 01 – Geral, devidamente preenchido e assinado; II. Registro do Imóvel (Matrícula) - cópia atualizada; III. Planta de Locação do Imóvel georreferenciada (em meio digital: arquivo formato shape ou dwg); IV. Comprovante de pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples. Art. 6º. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Projetos Especiais deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 01 – Geral, devidamente preenchido e assinado pelo requerente; II. Registro de Imóvel (Matrícula) – cópia atualizada; III. Comprovante de pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal (cópia simples) – Código E048; IV. Memorial Descritivo do empreendimento, apresentando as características operacionais de funcionamento de acordo com o uso. Art. 7º. A emissão de Parecer Técnico Online deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Cadastro Técnico no Fortaleza Online; II. Solicitação do Parecer Técnico. Art. 8º. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Outorga Onerosa de Alteração de Uso deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento nº 19 - Outorga Onerosa de Alteração de Uso, devidamente preenchido e assinado; II. Comprovante de Pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) – cópia simples; III. Registro do Imóvel (Matrícula) – cópia atualizada; IV. Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Projeto Arquitetônico; V. Memorial Descritivo do empreendi-

mento apresentando as características de funcionamento, de acordo com o uso e as condições de infraestrutura do entorno, indicando os parâmetros a serem outorgados, assim como informações adicionais de interesse do requerente, como proposta de substituição da contrapartida financeira (obras de infraestrutura / doação de terreno); VI. 1 (uma) via do Projeto Arquitetônico, apresentando o terreno de acordo com as dimensões da matrícula do imóvel, contendo pelo menos: quadro de áreas, planta de situação, planta de locação da edificação no terreno com afastamentos, cortes e plantas baixas dos pavimentos. Todos os desenhos deverão ter cotas e indicações; VII. Ficha de Caracterização Técnica Ambiental Preliminar, devidamente preenchida e assinada. Art. 9º. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Convênio em Operações Urbanas Consorciadas deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento nº 20 - Operações Urbanas Consorciadas, devidamente preenchido e assinado; II. Comprovante de Pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; III. Registro do Imóvel (Matrícula) - cópia atualizada; IV. Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do Projeto Arquitetônico; V. Memorial Descritivo do empreendimento apresentando as características de funcionamento, de acordo com o uso e as condições de infraestrutura do entorno, indicando a Zona da OUC em que se insere o imóvel e os parâmetros a serem utilizados, assim como informações adicionais de interesse do conveniado como possíveis contrapartidas propostas (obras de infraestrutura / doação de terreno); VI. 1 (uma) via do Projeto Arquitetônico, apresentando o terreno de acordo com as dimensões da matrícula do imóvel, contendo pelo menos: quadro de áreas, planta de situação, planta de locação da edificação no terreno com afastamentos, cortes e plantas baixas dos pavimentos. Todos os desenhos deverão ter cotas e indicações; VII. Ficha de Caracterização Técnica Ambiental Preliminar, devidamente preenchida e assinada. Art. 10. A utilização do instrumento de Transferência do Direito de Construir deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Para emissão do Certificado para imóvel gerador de potencial: a. Requerimento nº 18 - Transferência do Direito de Construir, devidamente preenchido e assinado; b. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; c. Registro do Imóvel (Matrícula) do imóvel que emite potencial - cópia atualizada; d. Montagem (máscara) dos registros do imóvel, quando mais de uma matrícula; e. Em caso de imóveis tombados ou inseridos em Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH), plantas de arquitetura e de situação do imóvel (conforme Art. 225 do Plano Diretor Participativo - PDPfor). II. Para alienação/cessão do CEPAC a terceiro (sem utilização do potencial): a. Requerimento nº 18 - Transferência do Direito de Construir, devidamente preenchido e assinado; b. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; c. Solicitação (ofício) da parte titular do Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), indicando o interesse em realizar sua alienação/cessão (total ou parcial) a terceiro, assinado pelas partes titular e receptora do certificado; d. Registro do Imóvel (Matrícula) emissor de potencial, constante no CEPAC- cópia atualizada; e. Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC a ser cedido/alienado a terceiro - cópia simples. III. Para utilização de CEPAC em imóvel apto a receber potencial construtivo: a. Requerimento nº 18 - Transferência do Direito de Construir, devidamente preenchido e assinado; b. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; c. Solicitação (ofício) da parte titular do Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), indicando o interesse em realizar a aplicação de potencial construtivo em imóvel; d. Registro do Imóvel (Matrícula) emissor de potencial, constante no CEPAC- cópia atualizada; e. Registro do Imóvel (Matrícula) receptor de potencial - cópia atualizada; f. Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) - cópia simples. Art. 11. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Glebas Privadas - 1ª Fase deverá

ser instruído com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples. III. Registro do Imóvel (Matrícula) - cópia atualizada; IV. No mínimo, 01 (uma) Planta de Levantamento Planialtimétrico da área objeto do pedido, devidamente assinado por técnico competente, incluindo uma faixa de 100,00m (cem metros) do entorno (escala de 1:1000), com curvas de nível de metro em metro, indicando com exatidão: a. Malha de coordenadas UTMSIRGAS2000 - Elipsoide de referência: GRS1980 - Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba; b. Os limites da área com relação aos limites vizinhos; c. Situação da área em relação às vias públicas já existentes; d. Todas as construções que estiverem dentro da área a lotear; e. Bosques, morros, dunas, cursos d'água, lagos, lagoas, açudes, áreas alagadiças ou sujeitas a inundações ou qualquer acidente geográfico, assim como as árvores existentes na área; f. Praças, parques, áreas verdes nos loteamentos ou áreas adjacentes; g. Memorial descritivo do Levantamento Planialtimétrico devidamente assinado por profissional habilitado; V. Arquivo shape ou dwg (anterior a 2016) do Levantamento Planialtimétrico (conforme inciso IV), em CD ou Pendrive. Art. 12. A emissão de Análise de Orientação Prévia de Glebas Privadas - 2ª Fase deverá ser instruído com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Apenas 01 (um) jogo do Projeto de Parcelamento, devidamente assinado pelo Profissional Responsável e pelo Proprietário, registrados no CAU com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, contendo: a. Planta de Levantamento Planialtimétrico com todas as medidas, ângulos, confinantes, curvas de nível de metro a metro, sistema viário, projetado ou implantado existente nos limites da gleba indicando a caixa das vias e outros detalhes; b. Planta baixa de parcelamento com quadras e lotes, ângulos, quadro de áreas e respectivo memorial descritivo; III. Parecer Comunicado da Análise de Orientação Prévia em Glebas Privadas 1º de Fase - Solicitação de Diretrizes (referente às diretrizes expedidas em processo anterior, do mesmo objeto), quando houver; IV. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; V. Projeto de Parcelamento em meio digital (arquivo em .dwg anterior a 2016). Art. 13. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Conjunto Habitacional de Interesse Social - 1ª Fase deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Comprovante de pagamento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples; III. Registro do Imóvel (Matrícula) - cópia atualizada; IV. No mínimo, 01 (uma) Planta de Levantamento Planialtimétrico de área objeto do pedido, devidamente assinado por técnico competente, incluindo uma faixa de 100,00m (cem metros) do entorno (escala (1:1000), com curvas de nível de metro em metro, indicando com exatidão: a. Malha de coordenadas UTM SIRGAS2000 - Elipsoide de referência: GRS1980 - Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba; b. Os limites da área com relação aos terrenos vizinhos; c. Situação da área em relação às vias públicas já existentes; d. Todas as construções que estiverem dentro da área a lotear; e. Bosques, morros, dunas, cursos d'água, lagos, lagoas, açudes, áreas alagadiças ou sujeitas a inundações ou qualquer acidente geográfico, assim como as árvores existentes na área; f. Praças, parques, áreas verdes nos loteamentos vizinhos ou áreas adjacentes; g. Memorial descritivo do levantamento planialtimétrico devidamente assinado por profissional habilitado. V. Arquivo shape ou dwg (anterior a 2016) do Levantamento Planialtimétrico (conforme inciso IV), em CD ou Pendrive. Art. 14. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Conjunto Habitacional de Interesse Social - 2ª Fase deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Apenas 01 (um) jogo do Projeto de Parcelamento, devidamente assinado pelo Profissional Responsável e pelo Proprietário, registrados no CAU com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica

ca – RRT, contendo: a. Planta de Levantamento Planialtimétrico com todas as medidas, ângulos, confinantes, curvas de nível de metro em metro, sistema viário, projetado ou implantado existente nos limites da gleba indicando a caixa das vias e outros detalhes; b. Planta baixa de parcelamento com quadras e lotes, ângulos, quadro de áreas e outros detalhes; III. Parecer Comunicado da Análise de Orientação Prévia em Glebas Privadas 1º de Fase – Solicitação de Diretrizes (referente às diretrizes expedidas em processo anterior, do mesmo objeto), quando houver; IV. Comprovante de pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples. V. Projeto de Parcelamento em meio digital (arquivo em .dwg anterior a 2016). Art. 15. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – 1ª Fase deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Em caso de regularização feita por órgão público, autorização do órgão proponente para a tramitação de processos em seu nome; III. Relatório Técnico elaborado e assinado pelo Profissional Responsável registrado com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo: a. Planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, contendo as medidas da poligonal selecionada com coordenadas georreferenciadas dos vértices dos seus limites, área total e confrontantes; b. Matrículas ou transcrições atingidas e identificação dos proprietários identificados, quando possível; c. Planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis; d. Planta de Situação e Locação da área demarcada em meio digital (arquivo dwg). Art. 16. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – 2ª Fase deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Em caso de regularização feita por órgão público, autorização do órgão proponente para a tramitação de processos em seu nome; III. Projeto Urbanístico para Regularização Fundiária elaborado e assinado pelo Profissional Responsável registrado com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo: a. Planta com a Situação Geral da área demarcada para Regularização Fundiária; b. Levantamento Planialtimétrico e cadastral georreferenciado pelo sistema SIRGAS 2000, demonstrando as quadras e os lotes com seus respectivos vértices e cotas, construções, sistema viário, áreas públicas, acidentes geográficos e demais elementos caracterizadores da área a ser regularizada, bem como memorial descritivo de todos os lotes a serem regularizados por quadra e situação de infraestrutura de drenagem e saneamento básico para a área delimitada; c. Levantamento fotográfico das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, nome do logradouro e número de sua designação cadastral; d. Projeto Urbanístico elaborado para a área, com plantas e memoriais (arquivo dwg e doc) das propostas de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso. Art. 17. A emissão de Análise de Orientação Prévia para Reloteamento deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Registro do Imóvel (Matrícula) – cópia simples atualizada; III. Comprovante de pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal (Código E048) - cópia simples. IV. No mínimo, 01 (uma) Planta de Levantamento Planialtimétrico da área objeto do pedido, devidamente assinado por técnico competente, incluindo uma faixa de 100,00m (cem metros) do entorno (escala de 1:1000), com curvas de nível de metro em metro, indicando com exatidão: a. Malha de coordenadas UTM SIRGAS2000 - Elipsoide de referência: GRS1980 - Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba; b. Os limites da área com relação aos terrenos vizinhos; c. Situação da área em relação às vias públicas já existentes; d. Todas as construções que estiverem dentro da área a lotear; e. Bosques, morros, dunas, cursos d'água, lagos, lagoas, açudes, áreas alagadiças ou sujeitas a inundações ou qualquer aciden-

te geográfico, assim como as árvores existentes na área; f. Praças, parques, áreas verdes nos loteamentos vizinhos ou áreas adjacentes; g. Memorial descritivo do levantamento planialtimétrico devidamente assinado por profissional habilitado. V. Conjunto de Plantas contendo projeto de reparcelamento, com a situação atual e a situação pretendida; VI. Arquivo shape ou dwg anterior a 2016 do Levantamento Planialtimétrico (conforme inciso IV) em meio digital. Parágrafo único. O Reloteamento só será admitido após o cancelamento do registro do loteamento, atendendo ao disposto no art. 23 da Lei nº 6766/1979. Art. 18. A emissão de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico deverá ser instruída com os seguintes dados e documentos comprobatórios: I. Requerimento Nº 08 - Parcelamento, devidamente preenchido e assinado; II. Em caso de regularização feita por órgão público, autorização do órgão proponente para a tramitação de processos em seu nome; III. Documento que comprove a posse ou ocupação em data anterior à 22 de dezembro de 2016, em nome de requerente; IV. Relatório Técnico elaborado e assinado pelo Profissional Responsável registrado com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo: a. Planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, contendo as medidas da poligonal selecionada com coordenadas georreferenciadas dos vértices dos seus limites, área total e confrontantes; b. Matrículas ou transcrições atingidas e indicação dos proprietários identificados, com demonstração da situação em planta; c. Planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis, com a definição das situações de domínio; d. Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; e. Planta de Situação e Locação da área demarcada em meio digital (arquivo dwg). V. Certidões Negativas que informem quanto à existência ou não de ações judiciais, nas esferas Estadual ou Federal, sobre o imóvel; VI. Documentos que comprovem a existência de infraestruturas de água, esgoto e energia na área objeto da regularização; VII. Dados para contato dos confinantes, dos proprietários ou responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal e os terceiros eventualmente interessados (Nome, CPF, Endereço, email e telefone); § 1º - Para situações com necessidade de intervenções urbanas poderá ser solicitado: I. Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso; II. Estudo técnico ambiental, quando for o caso; III. Projeto urbanístico; IV. Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras; V. Quando a regularização abranger mais que uma unidade, planta contendo a divisão em lotes e quadras objeto da regularização, com seus respectivos memoriais descritivos. Art. 19. Outros documentos poderão ser solicitados pelos analistas durante a análise do processo, de acordo com as especificidades de cada caso. Art. 20. Para o atendimento com analistas e acompanhamento da tramitação dos processos nesta Seuma, a ser realizado por terceiros, deverá ser apresentado ao processo Procuração. Publique-se e cumpra-se. GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE, em 22 de agosto de 2019. **Maria Águeda Pontes Caminha Muniz - SECRETÁRIA DA SEUMA.**

*** **

EXTRATO DA CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº AC 00001029/2019 EM NOME DE RAIMUNDO PINTO DE SOUSA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – SEUMA. Pelo presente, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente torna público que na data de 07 de agosto de 2019, o Alvará de Construção Automático nº AC 00001029/2019 em nome de RAIMUNDO PINTO DE SOUSA, inscrito no CPF Nº 478.611.858-34, foi cassada, uma vez que restou constatado irregularidades quanto à documentação anexada ao Sistema Fortaleza Online, não atendendo as exigências legais, e, conforme notificação recebida em 14/08/2019, o requerente foi cientificado da necessidade de cancelamento do citado alvará, porém não realizou tal procedimento no prazo, conforme determina a Instrução Normativa SEUMA nº 01/2018.